

“ESTAMOS TROCANDO O PNEU COM O CARRO ANDANDO”: EDUCAÇÃO ESCOLAR E ENSINO DE HISTÓRIA NO MEIO RURAL EM SÃO LUIZ DO PARAITINGA (SP) DURANTE UMA PANDEMIA

LAÍS APARECIDA FARIA CHARLEAUX¹

Resumo: O presente artigo analisa os impactos da pandemia do COVID-19 no ensino e na educação destinado aos alunos moradores da zona rural da cidade de São Luiz do Paraitinga, localizada no interior de São Paulo, na região do Vale do Paraíba. Com o isolamento social, as escolas adotaram o ensino remoto como estratégia para dar continuidade ao aprendizado. Entretanto, essa nova forma apresenta grandes dificuldades sobre as quais apresentamos uma reflexão neste texto. Para investigar tal situação utilizou-se como fonte documental entrevistas realizadas com três professoras de História que atuam no município, as quais permitiram uma breve análise das estratégias usadas pelas escolas para ultrapassar algumas das adversidades impostas pelo contexto, principalmente no âmbito do ensino de História.

Palavras-chave: COVID-19; Educação Escolar Rural; Educação remota; Ensino de História; Cultura escolar.

A crise sanitária, econômica e política instaurada pela pandemia do COVID-19 no Brasil e o (des)governo caótico comandado por Jair Bolsonaro, que não oferece o suporte mínimo e necessário à população para o enfrentamento da doença, têm afetado inúmeras áreas da vida e do cotidiano dos cidadãos brasileiros, além de expor cada vez mais as desigualdades do país. No presente artigo abordo uma dessas áreas afetadas, a educação escolar, pois o cenário de isolamento social levou ao fechamento das escolas. Por isso, as instituições, de modo geral, adotaram como alternativa as aulas à distância, visando diminuir os impactos no ensino e aprendizado para tentar “salvar” o ano letivo.

A partir disso, proponho tal discussão com ênfase nas escolas e práticas educacionais destinadas aos moradores da zona rural da pequena cidade de São Luís do Paraitinga, interior de São Paulo, baseada em entrevistas com três professoras de História - razão pela qual enfatizo o ensino dessa disciplina específica. Trata-se de um tema relevante visto que, embora segundo

1 Graduanda em História pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e integrante do Programa de Educação Tutorial. Esse artigo parte de informações coletadas para relatório final da Unidade Curricular “Ensino de História: Estágio e Pesquisa” do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), sob a supervisão do Prof. Dr. Antonio Simplicio de Almeida Neto.

o censo do IBGE (2010) apenas aproximadamente 15% da população brasileira reside em áreas rurais e ao observar o estado de São Paulo esta porcentagem diminuía para 4%, esse número representa mais de um milhão e meio de habitantes no âmbito estadual. Entretanto, ao examinarmos as políticas educacionais temos o seguinte quadro, segundo Sérgio Celani Leite (1999, p.14 *Apud* ANTONIO e LUCINI, 2007, p.178):

A educação rural no Brasil, por motivos socioculturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado (...) e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: “gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade”

Deste modo, proponho aqui um deslocamento no sentido de trazer essas populações da margem para o centro do debate, mas sem a pretensão de esgotar a análise sobre o assunto. Pelo contrário, esse trabalho pretende contribuir com esse amplo campo de estudo a partir de algumas reflexões e considerações a respeito do ensino remoto, da educação no meio rural e das implicações decorrentes do COVID-19. Por fim, pretendo apresentar as estratégias elaboradas pelas comunidades escolares - em especial as professoras de História entrevistadas - com objetivo de superar as adversidades do contexto e as desigualdades evidenciadas pela pandemia, como a dificuldade de acesso à *internet*. Entende-se como pano de fundo dessas estratégias a luta pelo direito de acesso à educação, instituído na Constituição de 1988:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

1. ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Para compreender as experiências desse período pandêmico, dentre as principais fontes que alicerçam as reflexões apresentadas, encontram-se três entrevistas realizadas com professoras de História atuantes, no ano de 2020, em São Luiz do Paraitinga.² Entende-se que as entrevistas “(...) revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas” (PORTELLI, 1997, p.31). Destarte, entre as entrevistadas estão: Erika Severiano, que leciona há 11 anos e atualmente é professora em 3 escolas rurais do município; e Leda Nardi, que leciona há 12 anos e passou por 3 escolas rurais no município, atualmente trabalhando em uma

2 A partir do texto Documento/Monumento, presente no livro História e Memória, de Jacques Le Goff, entende-se as entrevistas realizadas como documentos, que mesmo não se tratando dos tradicionais documentos escritos, com uma seleção, análise e olhar crítico por parte do historiador, podem ser usadas para estudo e compreensão de processos históricos, de modo mais amplo, já que são frutos da sociedade e reflexo das suas ações.

delas, a escolha das duas deve-se ao fato delas serem as únicas professoras de História a lecionarem atualmente na zona rural do município e possuírem grande experiência nessa área. A terceira entrevistada, Marina Gabos, leciona há 8 anos as disciplinas de História e de Sociologia, sendo atualmente professora dessa segunda disciplina na única escola de Ensino Médio do município, além de atuar nas zonas rurais de municípios vizinhos, como Lagoinha (SP) e Natividade da Serra (SP). Optou-se pela escolha dessa professora pois além dela residir em zona rural, possui grande contato e experiência com alunos também moradores da zona rural.³

A metodologia escolhida foi a História Oral, a qual, segundo o historiador Alessandro Portelli, é capaz de “(...) expressa(r) a consciência da historicidade da experiência pessoal e do papel do indivíduo na história da sociedade em eventos públicos: guerras, revoluções, greves, inundações (...), terremotos (...)” (2001, p. 14). A partir dessa perspectiva, o trabalho com as fontes orais teve três momentos: um primeiro de preparação do roteiro, um segundo de realização da entrevista, que se deu em ambiente virtual, de forma separada com cada professor, e um terceiro de escuta, consulta e análise, possibilitada pela gravação.⁴

O roteiro foi composto por 17 perguntas para guiar a conversa de forma flexível, buscando a adaptação ao ritmo das entrevistadas, com ênfase nas experiências profissionais delas. As questões englobavam os maiores desafios e dificuldades enfrentados por elas, pelos alunos, pela direção e pela comunidade escolar com a instituição do ensino remoto; as formas encontradas para dar continuidade ao processo de ensino, especificamente o de História; se elas tiveram uma devolutiva do que foi encaminhado para os estudantes, qual foi o processo avaliativo escolhido e quais as suas percepções com relação às alterações no ensino e nas relações escola-aluno durante esse período.⁵

Além das entrevistas também foram utilizadas e analisadas atividades encaminhadas pelas professoras aos alunos durante a pandemia e um breve questionário respondido pela Secretaria da Educação de São Luiz do Paraitinga sobre os alunos e as escolas, somado as referências bibliográficas que serviram como aporte teórico para as reflexões, tais como Escolano (1998), Brandão (1999), Viñao Frago (2007) e Vincent *et all* (2001).

3 Mediante termo de consentimento as entrevistadas autorizaram a divulgação e uso de suas respectivas entrevistas e de seus nomes.

4 As entrevistas somaram um total de 3hrs e 37 min.

5 As perguntas foram abertas de modo a possibilitar inúmeras respostas de acordo com a experiência e subjetividade da entrevistada, por isso este artigo não apresentará um resultado geral das respostas, procuraremos seguir Alessandro Portelli: “a história oral permanece mais no entre: seu papel é precisamente conectar a vida aos tempos, a primazia à representatividade”. (2001, p. 15) Assim, as respostas e análises serão apresentadas ao longo do artigo junto ao cotejamento bibliográfico.

2. UM PANORAMA DA EDUCAÇÃO LUIZENSE E A PRESENÇA DA ZONA RURAL

Um dos principais desafios impostos por esse momento é o isolamento social, que provocou o fechamento das escolas e a possibilidade da educação remota. Porém, para analisar a educação, remota ou não, faz-se essencial considerar as particularidades da realidade da zona rural, visto que as questões socioeconômicas das comunidades escolares e dos seus alunos impactam muito no processo de ensino e aprendizado e na instituição escolar. Por isso, farei a seguir uma breve apresentação da educação neste município.

São Luiz do Paraitinga está localizada no interior paulista, na região do Vale do Paraíba, à 170 km da capital do estado. Segundo o censo do IBGE (2018), possui 10.397 habitantes, dentre os quais 4.217 residem na zona rural, cerca de 40% da população, fazendo com que maior parte da sua economia seja voltada para a agropecuária, a criação de animais e o cultivo da terra. Já a quantidade de alunos da zona rural matriculados no Ensino Fundamental é de 60%. Segundo dados da Secretaria de Educação do município, entre 1184 alunos matriculados em 2020, 785 estão na zona rural.

Para atender esse total de estudantes, segundo a Secretaria de Educação, existem 8 escolas municipais que abarcam a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, dentre as quais 5 encontram-se em diferentes bairros rurais (Distrito de Catuçaba, Pamonã, São Sebastião, Alvarengas e Caetanos), variando entre 8 a 18 km de distância do centro da cidade e entre 102 a 162 alunos matriculados, com exceção da EMEIEF Joaquim Ribeiro de Almeida (localizada no Bairro dos Caetanos, com 54 alunos matriculados, porém está não possui Ensino Fundamental II). Nessas escolas atuam duas professoras entrevistadas: Erika Severiano encontra-se nos três primeiros bairros citados e Leda Nardi no penúltimo.

Já com relação ao Ensino Médio, há no município uma única escola, pertencente a esfera estadual da educação, a Escola Estadual Monsenhor Ignácio Gioia, com 382 alunos matriculados que, segundo censo do IBGE (2018), precisam se deslocar até ao centro do município para terem acesso ao ensino. Nessa escola, a professora entrevistada foi Marina Gabos, que já atuou na área de História e atualmente leciona Sociologia.

Nota-se como a zona rural é parte fundamental da constituição de São Luiz do Paraitinga. A partir dos relatos das professoras identificamos algumas especificidades das escolas rurais do município no tocante as suas condições e relações socioeconômicas, as quais serão traçadas a seguir. Para examinar essas particularidades partiremos da fala inicial da professora Leda Nardi na entrevista, a qual leva a reflexão sobre as diferenças significativas entre os bairros, seus alunos e as escolas, e os impactos no ensino e na educação:

Trabalhando nessas três escolas eu percebi que escola de zona rural não pode ser tratada no singular. Existem características de cada região, de cada comunidade, que são muito impactantes no perfil da escola. (...) Quando circulamos nas regiões rurais percebemos que cada bairro tem características muito diferentes um do outro. (...) Existem luizenses e identidades, que precisam ser consideradas pela escola para promover uma educação mais significativa. (NARDI, Relato Oral)

Como apresentado por Nardi, no bairro de São Sebastião, os moradores são, em geral, proprietários de suas terras, nas quais eles investem e tem uma alta produtividade, possuem casas muito boas com relação a infraestrutura e seu contato se dá muito mais com a cidade vizinha, Taubaté, que é maior e apresenta melhor infraestrutura do que a sua própria cidade de São Luiz do Paraitinga. Na escola desse bairro, EMEF João Gonçalves dos Santos, as propostas de ensino podem ser melhor elaboradas no quesito tecnologia, por exemplo, pois é a única escola da rede municipal que está oferecendo aulas online aos seus alunos, já que o bairro possui uma infraestrutura melhor, como acesso à internet, e a população tem mais recursos financeiros, como acesso a celular e computador.

Já no bairro dos Alvarengas, os moradores, de modo geral, não são proprietários de suas terras, poucos moram em residência própria, a maior parte é de caseiros ou arrendatários da terra e o tipo da construção também é mais simples. Muitas vezes a família inteira trabalha na terra de um terceiro em troca de moradia. Na escola desse bairro, EMEIEF Cassiana dos Santos Moreira, os alunos não possuem um bom acesso à internet, essa “mal chega lá, muito mal eles conseguem acessar o WhatsApp para conversar entre eles ou com os professores, imagine acessar um link com fotos ou vídeos.” (NARDI, Relato Oral)

A professora Erika Severiano também constatou em suas experiências os efeitos da estrutura socioeconômica nas comunidades escolares, refletida no baixo retorno de seus alunos no quesito “dúvidas” ou conversas através do WhatsApp, pois entre os 220 alunos das três escolas onde leciona, o retorno não chega a 80, cerca de um terço. Enquanto no bairro de São Sebastião a direção optou pelas aulas online devido ao maior retorno e à melhor condição para os alunos acompanharem, como já mencionado. No bairro do Pamonã, a EMEIEF João Gonçalves dos Santos é a escola em que menos os alunos dão algum retorno. Por exemplo, no último bimestre, em uma sala de 17 alunos, apenas 3 retornaram. A dificuldade com essa comunidade escolar, segundo a entrevistada, aparece antes da pandemia, porém se intensificou nessas circunstâncias e o aspecto socioeconômico é o fator principal para isso, porque além das dificuldades financeiras do bairro, nele está localizado o abrigo que acolhe crianças abandonadas ou retiradas dos seus responsáveis pelo Conselho Tutelar das cidades de São Luiz do Paraitinga, Lagoinha e Natividade da Serra. Devido a esse abrigo, essa é a escola com uma das maiores taxas de transferências.

Entretanto, após análise das entrevistas foi perceptível na fala das três entrevistadas como o bairro possuindo ou não melhor infraestrutura, a *internet* na zona rural é precária, as oscilações e as dificuldades para acessá-las estão sempre presentes, em menor ou maior grau. Segundo a professora Marina Gabos, a dificuldade de acesso torna-se um obstáculo para o aluno sanar dúvidas, perguntar ou pedir maiores explicações através de aplicativos de mensagens. Há relatos frequentes de alunos que precisam subir em morros, procurar lugares mais altos ou andar quilômetros para ter acesso ao sinal da rede. Com isso, há alunos alheios às atividades e sem contato com a escola. Também há aqueles que disseram cumprir o mínimo necessário apenas para passar de ano, como se fosse uma questão burocrática.

Na fala das três professoras percebe-se que há grande desistência da escola por parte dos alunos da zona rural nesse período devido às dificuldades. Todavia, essa desistência não surgiu nesse momento, apenas se intensificou, pois muitos dos estudantes ajudam seus pais na lavoura, em casa ou no trato com animais e, por vezes, preferem o trabalho ao estudo - partindo da compreensão de que o trabalho seria mais importante do que a educação formal.

Nesse sentido, considerando as relações e percepções existentes entre os principais atores da escola - os pais, alunos e professores - (VIÑAO, 2007, p. 88), Carlos Rodrigues Brandão realizou um estudo de campo no Bairro de Catuçaba, em São Luiz do Paraitinga, a partir do qual desenvolveu vários trabalhos importantes, entre eles *Trabalho do Saber: cultura camponesa e escola rural* (1999), fundamental para a observação da relação entre a comunidade e a escola no meio rural. Apesar desse trabalho ter como base uma pesquisa de campo realizada na década de 1980, abordarei aqui o que entendo como permanências observadas nessas relações a partir das entrevistas realizadas, ou seja, o que há de comum entre os relatos de experiência e o trabalho de Brandão.

Segundo as professoras, parte da intensificação do abandono da escola nesse momento está relacionada a um entendimento, de algumas famílias, de que a educação formal é supérflua se comparada ao trabalho da terra. Assim nos deparamos com a expressão empregada por Leite, segundo a qual “gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade” (1999, p.14 *Apud* ANTÔNIO e LUCINI, 2007, p.178).

De acordo com estudo de André de Souza Martinello, após a observação em campo, Brandão chega a algumas conclusões, entre elas a de que “para algumas famílias agricultoras, a instrução formal que seus filhos recebem é um tempo (desimportante)” (2012, p.1). Esta também é uma percepção das três professoras comentada em entrevista, mas elas também ressaltam que enquanto para algumas pessoas a escola é tratada como um serviço mais fácil em comparação ao trabalho na roça, para outras o estudar é tão difícil quanto.

Para Brandão o que difere as percepções das famílias no tocante à valorização do estudo dos filhos e a presença ativa desses na escola seria a qualidade e o tempo dedicado ao estudo pelos seus pais (2012, p. 2). Porque, geralmente, os pais que tiveram maior acesso aos estudos tendem a valorizar mais a educação formal, enquanto filhos de pais analfabetos estudam menos ou apresentam menor motivação. Nesse sentido, grande parte da população rural que possui poucas condições financeiras enxerga como maior herança a se deixar para o filho o saber trabalhar a terra e cuidar dos animais, sendo a escola vista nesses casos como um lugar de lazer ou um empecilho (MARTINELLO, 2012). Porém, também há de se perceber casos nos quais os pais incentivam o estudo do filho justamente por não terem usufruído de condições de acesso ao estudo quando mais novos, enxergando a escola como possível meio de ascensão social.

Ao olhar essas diferenças de classe, Brandão também percebe como aqueles de melhor condição financeira, fazendeiros ou agricultores com maiores áreas de terras, “compreendem o estudo como um dos mecanismos pelos quais os herdeiros aprenderão a tocar negócios e manejar cálculos matemáticos, desejando para seus filhos, capacidade de administrarem” (MARTINELLO, 2012, p. 2). E ainda cabe registrar aquelas famílias que enxergam a escola como lugar de preparação do filho para uma possível mudança para a cidade.

Desse modo, pode-se constatar a existência nuances nas relações escolares na zona rural, na qual estão envolvidos os pais e os alunos, observado tanto em Brandão como nas entrevistas. O entendimento a respeito da educação e do ensino passa por diversas questões socioeconômicas, que se contrapõem, justapõem ou sobrepõem, impactando a vida estudantil do aluno, da comunidade escolar e fazendo parte do que pode-se chamar de cultura escolar. Esse conceito empregado por Viñao Frago (2007, p. 87), trata de:

(...) um conjunto de teorias, ideias, princípios, normas, modelos, rituais, inércias, hábitos e práticas (formas de fazer e pensar, mentalidades e comportamentos) sedimentadas ao longo do tempo em forma de tradições, regularidades e regras de jogo não interditas, e repartidas pelos seus actores, no seio das instituições educativas.

Esse conjunto mencionado varia de espaço para espaço, não havendo uma regra, por isso ao examinar determinados espaços escolares é preciso considerar os atores em suas relações, entre professores, pais, alunos, coordenação, sua composição social, grau de profissionalização; assim como os discursos, linguagens e conceitos empregados no cotidiano, somados aos aspectos organizativos e contexto físico da instituição. Como com o isolamento não foi possível observar o cotidiano escolar e da comunidade, a chamada “caixa preta da escola”, buscou-se através das entrevistas e da bibliografia compreender aspectos desse conjunto, que delinea o ensino e o aprendizado, possuindo suas peculiaridades na zona rural.

3. OS NOVOS DESAFIOS E DIFICULDADES DO ENSINO E DO FAZER PEDAGÓGICO

Entretanto, São Luiz do Paraitinga não representa um cenário isolado, a educação rural no município também precisa ser pensada a partir de aspectos de ordem geral também impactados pelo cenário da pandemia que foram mencionados nas entrevistas. Um deles é o impacto no papel de socialização da instituição escolar na vida do aluno, comentado pela professora Erika Severiano quando se referiu ao isolamento social, que impossibilita o convívio presencial nas escolas.

Segundo Guy Vincent, Bernard Lahire e Daniel Thin, em “Sobre a Teoria da Forma Escolar” (2001), a forma escolar de socialização foi construída e moldada entre os séculos XVI e XVII e se tornou hegemônica com o passar dos anos, ou seja, apesar do papel de socialização não ser exclusivo a escola, é inegável a participação fundamental desta. Essa forma diz respeito à maneira pela qual um indivíduo se insere na sociedade, tornando-se ser sociável ao assimilar hábitos e códigos a partir da instituição escolar. Entre as características que acabam por moldar o comportamento dos alunos podemos elencar a organização do espaço-tempo da instituição, as formas de escrituração presentes nos manuais, livros, lições, e a hierarquização entre alunos e professores.

Entre os impactos do ensino remoto observados ao longo da entrevista na fala das professoras pode-se citar a fragmentação e uma extensão do espaço-tempo, pois as aulas não ocorrem mais na escola. O tempo também não é mais único, embora algumas escolas ainda busquem fornecer aos alunos o mesmo tempo de aula de antes da pandemia, outras reduziram-no (nos casos das aulas online) para não sobrecarregar docentes ou discentes. Já onde não há aulas online o tempo é fragmentado entre aquele em que o professor prepara um material específico e o tempo em que o aluno realiza o proposto. Além disso, as professoras relatam que tiveram o seu tempo de trabalho estendido, pois ele agora se confunde com o tempo da casa, o tempo familiar, somado a isso as dúvidas dos alunos muitas vezes chegam em horários diversos, alterando a logística de trabalho. As entrevistadas demonstraram como esse contexto impôs a dificuldade de uma nova percepção do espaço-tempo, seu domínio e organização.

Com relação ao espaço da aula, houve uma alteração profunda e radical do ambiente escolar referente aos espaços edificados e não edificados. Segundo Agustín Escolano, a arquitetura da escola se constitui como um programa educador, ela é elemento do “currículo invisível”, ou seja, seus espaços possuem “significados e transmitem uma importante quantidade de estímulos, conteúdos e valores do chamado currículo oculto, ao mesmo tempo em que impõem suas leis como organizações disciplinares” (ESCOLANO e FRAGO, 1998, p.27). Sendo assim, a arquitetura da escola manifesta um discurso, um sistema de valores, como a ordem e a disciplina, que

marcam a aprendizagem sensorial e motora. Por isso é fundamental a observação do espaço da escola, para assim compreender padrões sociais, culturais e pedagógicos que influenciam a criança. Entretanto, com o isolamento os alunos não frequentam mais esses espaços, eles permanecem em suas casas. Dessa forma, o local de aprendizado se fragmenta e se altera, bem como a ordem e disciplinas impostas por eles. Não há mais um único local da sala de aula, o ensino e aprendizagem ocorrem em no mínimo dois novos espaços, aquele onde o professor leciona e o espaço onde o aluno está participando ou fazendo a sua atividade, sendo que esses não se inter-relacionam, senão virtualmente.

Ao olharmos esses novos espaços de aprendizagem que se situam dentro da casa de cada um, percebemos como muitos tiveram de se adaptar à nova realidade espacial. As entrevistadas mencionaram como exemplo comprar novos móveis, como mesa, cadeira ou lousa e aumentar a franquia da internet. A cozinha, o quarto e a sala de casa tornaram-se integrantes da nova sala de aula, como mencionou a professora Erika Severiano: “hoje o quarto que era o lugar mais íntimo da minha casa é a sala onde eu dou aula” (SEVERIANO, Relato Oral), destarte há uma alteração dos espaços que provoca até mesmo uma alteração na relação entre a família moradora. Agora tempo e espaços estão condicionados não só à instituição escolar, mas também à rotina doméstica de cada um.

Por último, a socialização - característica fundamental da forma escolar -, também é afetada e de uma maneira das mais intensas devido ao isolamento social. Como relataram as três professoras em entrevistas, os alunos acabam sofrendo muito com a falta de interação com outros colegas, assim como elas mesmas. Leda Nardi ao comentar sobre seus alunos fica profundamente emocionada e a entrevista precisa de uma pausa. Já Erika Severiano faz a seguinte comparação: “para os alunos da zona rural, a escola é como se fosse a praça dos seus pais” (SEVERIANO, Relato Oral), pois no seu cotidiano na zona rural os moradores vivem distantes uns dos outros. A escola da zona rural para a criança é como a praça do centro de uma cidade do interior para os adultos, é o lugar de interação, de convívio e conversas, onde o aluno encontra com os amigos que moram longe. Mas, para além dos impactos na relação aluno com aluno ou professor com aluno, há os impactos na relação da comunidade escolar com a instituição, pois como relatado por Leda Nardi, antes do contexto pandêmico as quadras das escolas eram usadas para lazer em certas noites da semana pelas comunidades, o que estreitava os laços de pertencimento desta com a escola e entre os moradores do bairro.

4. AS NOVAS ESTRATÉGIAS ELABORADAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Quando perguntado as professoras sobre os desafios e adversidades enfrentadas nesse período pandêmico, percebeu-se em suas respostas como as realidades e condições para o estudo desses jovens são diversas. Como apresentado anteriormente, as dificuldades de acesso e isolamento já presentes na vida rural se intensificaram ainda mais com a instauração desse novo contexto. Todavia na pergunta seguinte, a respeito de como estão ocorrendo as aulas de modo remoto, mesmo diante dos impasses e obstáculos as entrevistadas relataram inúmeras maneiras pensadas e aplicadas. Como bem ressalta Severiano, a educação durante a pandemia é uma batalha pelos direitos dos alunos e pela manutenção do vínculo deste com a escola. Somado a isso, há o fato de que essas estratégias e metodologias foram pensadas e ajustadas pelos atores (professores, alunos e pais) durante a própria pandemia, assim como ainda estão sujeitas a alteração. Ninguém tinha um preparo mínimo para o enfrentamento dessa situação, como indica uma metáfora sugerida por Erika Severiano: “estamos trocando o pneu com o carro andando” (SEVERIANO, Relato Oral).

Leda Nardi, em percepção similar, comenta como a metodologia para elaborar as atividades foi se ajustando em cada fase da Pandemia. Mas de modo geral, ela buscou se orientar por um caminho, que consiste em considerar mais as habilidades socioemocionais do currículo do que as habilidades específicas, pois as segundas estão relacionadas mais ao conteúdo e são muito difíceis de serem atingidas com o ensino remoto e a falta de recursos dos alunos piora o quadro. Há aqui um outro desafio, que é percebido como uma preocupação em todas as entrevistas: a necessidade de cumprir o currículo do ano letivo, o que implicaria em passar cada vez mais atividades para o aluno visando vencer as limitações do ensino remoto *versus* os problemas psicológicos de alunos e professores, como a depressão e a ansiedade intensificados por uma sobrecarga de tarefas e atividades.

Ainda segundo Nardi, inicialmente, em março de 2020, com a suspensão das aulas por 15 dias, a professora recebeu orientação da direção da escola para fazer uma retomada e revisão de seus conteúdos, razão pela qual montou um roteiro de estudo que a escola imprimiu e entregou na casa de seus alunos. Esse roteiro baseava-se na releitura de partes principais do livro didático, que ficou com eles, e posterior elaboração de um mapa mental ou uma história em quadrinhos, visando uma sistematização do conteúdo de forma mais lúdica.

No segundo momento, ao notar a extensão da Pandemia e pensar nas dificuldades de se estudar em casa, ela buscou reduzir o conteúdo e se apropriou de uma habilidade desenvolvida com as turmas do 6º ano e usou-a para as demais turmas: a ideia de aproximação do aluno com a fonte histórica e com a produção do saber histórico. Nessas atividades ela pediu um trabalho de campo de análise de fonte histórica. Recorrendo a um familiar mais velho ou a um objeto

mais antigo da casa, era necessário anotar algumas considerações sobre a escolha em um diário que seria posteriormente usado em sala de aula.

Já em um terceiro momento, por volta da metade do ano, surgiu nova orientação do uso de apostilas elaboradas pelo estado de São Paulo. Todavia, essas novas apostilas foram consideradas mais complexas para o trabalho remoto, pois possuem uma maior quantidade de exercício, que são mais extensos e exigem mais conteúdo e explicação para responder. Por isso os professores de História da rede municipal de ensino, inclusive Leda Nardi e Erika Severiano, realizaram um encontro virtual e investiram na criação de um “Roteiro de Aprendizagem” único da disciplina, para todas as escolas do município, selecionando exercícios específicos da apostila do estado e contendo textos e imagens complementares às atividades para auxiliar a compreensão e melhorar o aprendizado. A partir desse roteiro, ao passar os mesmos exercícios para todas as crianças dos anos semelhantes, os professores pretendem analisar com o fim da Pandemia e o retorno das aulas presenciais, como está o ensino de História no município, o desempenho dos alunos e os problemas a serem enfrentados na disciplina. Assim como as outras atividades, esses roteiros são levados pela coordenação na casa dos alunos a cada mês e no mês seguinte são recolhidos quando é entregue um novo.

Com relação ao Ensino Médio, como a escola é estadual as aulas assistidas pelos alunos são gravadas por professores da rede e disponibilizadas a partir do aplicativo criado pelo estado de São Paulo. Entretanto, na fala da professora Marina Gabos percebe-se críticas a essas políticas educacionais formuladas, uma vez que não são voltadas a população que tenha um acesso precário a *internet*, como a rural. Como alternativa, a escola e os professores elaboraram os “Roteiros de Atividade”, feitos a cada mês, que ficam disponíveis em uma pasta online ou em cópia impressa na escola para retirada, e após serem feitos pelos alunos devem ser devolvidos para correção.

Como essas atividades não são entregues nas casas, uma das estratégias desenvolvidas pelos alunos da zona rural - que por vezes não podem se deslocar sempre até a escola localizada no centro da cidade -, foi uma pessoa pegá-la para vários alunos do mesmo bairro onde moram. Vemos assim a manifestação das redes de solidariedades presentes no ambiente rural e que emergem de mais explicitamente com o isolamento e o contexto pandêmico, sendo muito importantes como forma de ajuda e enfrentamento das dificuldades.

Outra particularidade desses roteiros está na sua interdisciplinaridade. Essa estratégia foi pensada para diminuir a carga de conteúdos e realizar alguma interlocução entre as matérias, muitas vezes difícil de se viabilizar com o ensino presencial. O roteiro de humanas integra

as matérias de História, Geografia, Filosofia e Sociologia, concentrando-se em torno de uma temática central comum, pensando na elaboração de uma atividade que integre todas as áreas - como por exemplo, os conceitos de “identidade”, “ética” e “globalização”. Assim era preciso relacioná-los às disciplinas com base no que o professor solicitava.

Entre todas as estratégias mencionadas, nota-se uma característica comum a elas: a presença das formas de escrituração. A escrita prevaleceu com o novo cenário e até se intensificou, porque sem as aulas presenciais ou um contato por fala, os exercícios e formas de avaliação continuam sendo escritos e a presença de manuais, apostilas ou livros didáticos são de extrema importância, visto que esses materiais são os principais meios de consulta e pesquisa em que prevalecem na ausência da *internet*. Nesse sentido, as experiências relatadas demonstram um imperativo do livro didático sobre os demais tipos de livros, sendo este muitas vezes o único livro na casa e a principal fonte de conhecimento escrito daquele espaço.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse artigo mostramos através da análise dos relatos de experiência colhidos, como a educação nas escolas rurais enfrenta diversas dificuldades que se acentuam com o isolamento social e a imposição do ensino à distância, uma vez que esse recurso necessita fundamentalmente de meios tecnológicos que, por vezes, não chegam a essas populações, notadamente as de menor renda. Entretanto, por outro lado, buscou-se ressaltar as iniciativas elaboradas pelas escolas, professoras, coordenadoras, diretoras, alunos e responsáveis a fim de lidar com essas adversidades, principalmente no ensino de História, visando manter uma interação e contato mínimo entre aluno e escola, salvaguardando e lutando pelo direito de acesso à educação, como bem ressaltaram as professoras.

Ademais, como uma das principais conclusões, faz-se necessário destacar que, ao longo das reflexões, pode-se perceber como o ensino remoto ocorrido no âmbito domiciliar foi uma medida emergencial diante do cenário do COVID-19, que visou manter o convívio e contato entre aluno e instituição, além de dar prosseguimento ao ano letivo para reduzir os possíveis danos de aprendizado. Entretanto, notou-se nas falas das professoras como de forma alguma esse novo formato substituiu a socialização, a interação intelectual e as relações afetivas permitidas e produzidas pelo espaço escolar, fundamentais para o desenvolvimento do aluno como pessoa, principalmente para aqueles moradores da zona rural que já viviam cotidianamente isolados espacialmente. Nesse sentido, todas as docentes demonstraram preocupação com as condições dos seus alunos para a realização dessas atividades, valorizando mais a manutenção da interação, na medida do possível, do que a cobrança de conteúdos e notas.

Por fim, acredita-se que a realidade do município e das escolas de São Luiz do Paraitinga apresenta características políticas, culturais, sociais e econômicas específicas, bem como - enfatizaram as professoras - quaisquer outras localidades e escolas, que precisam ser consideradas no processo de ensino para alcançar uma aprendizagem significativa. Porém, essa não é uma realidade única e exclusiva desse espaço, podendo ser observada também na zona rural de municípios vizinhos, entre outros espaços do estado e do país. Afinal, como mencionado na introdução, segundo o censo do IBGE (2010), aproximadamente 15% da população brasileira reside nesses espaços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONIO, Clésio Aclino e MARIZETE, Lucini. Ensinar e aprender na educação do campo: processos históricos e pedagógicos em relação. *Cad. Cedes*, Campinas, vol. 27, n. 72, maio/ago. 2007, p. 177-195.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O trabalho de saber: cultura camponesa e escola rural*. Porto Alegre: Sulina, 1999.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 5 Out. 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 27 Out. 2020.

ESCOLANO, Agustín. Arquitetura como programa. In: VIÑAO, Antonio e ESCOLANO, A. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura escolar como programa*. RJ: DP&A, 1998.

IBGE. *Censo Demográfico*. 2010. Disponível em: <cidades.ibge.gov.br/brasil>. Acesso em: 27 Out. 2020.

IBGE. *Censo Demográfico*. 2018. Disponível em: <cidades.ibge.gov.br/brasil>. Acesso em: 27 Out. 2020.

LE GOFF, Jacques, Documento/Monumento. In: *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitaão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MARTINELLO, André. Trabalho em Carlos Rodrigues Brandão - aproximações com E. P. Thompson. *Encontro da ANPUH-SC*, Simpósio 1, Trabalho 2. Florianópolis, 2013.

MARTINELLO, A. Resenha: "O trabalho de saber: cultura camponesa e escola rural.", de Carlos Brandão. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, v.3, n. 5, p. 291-295, 2008.

PORTELLI, Alessandro. *História Oral como gênero*. Projeto História, n.22, p.9-36, 2001.

PORTELLI, A. *O que faz a história oral diferente*. Projeto História, n. 14, p.25-39, 1997.

VIÑAO FRAGO, Antonio. As culturas escolares. In: *Sistemas educativos, culturas escolares e reformas*. Portugal, Mangualde: Edições Pedagogo, 2007.

VINCENT, Guy; LAHIRE, Bernard e THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 33, jun. 2001.

FONTES

GABOS, Marina. Entrevista concedida à Laís Charleaux, em 24 Ago. 2020. (55 min.)

NARDI, Leda. Entrevista concedida à Laís Charleaux, em 26 Ago. 2020. (70 min.)

SEVERIANO, Erika. Entrevista concedida à Laís Charleaux, em 26 Ago. 2020. (92 min.)

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA. “Questionário de pesquisa sobre as escolas e os alunos”, concedido à Laís Charleaux, em 2 Set. 2020.